

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 125 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará pena. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

- 1 As informações a seguir foram expostas em relatório produzido por auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) e entregues às autoridades brasileiras.
- 4 ▶ Virou letra morta a Lei de Execução Penal, de 1984. Ela contém normas de prevenção ao crime e ressocialização do criminoso e estabelece os direitos do preso —
- 7 educação e trabalho, por exemplo.
- ▶ As penitenciárias não foram planejadas para atividades de educação, profissionalização e trabalho. Faltam salas de aula e oficinas.
- 10 ▶ Há no país 46.514 agentes penitenciários. Só 5.449 atuam em atividades de ressocialização. Os demais 72,5% dedicam-se à segurança.
- 13 ▶ Visitaram-se 18 cadeias em nove estados. Entrevistaram-se 108 presos. Enviaram-se questionários a todas as prisões de regime fechado. As respostas indicam que 77% da população carcerária não estudam. Onde há ensino, ele é precário e descontinuado.
- 16 ▶ São Paulo guarda em seus calabouços 72.140 criminosos (40% do universo carcerário nacional). Só 12.500 (17%) estudam. Registrou-se percentual idêntico no Distrito Federal, no Ceará, na Paraíba e na Bahia.
- 22 ▶ Em estados como Espírito Santo, Acre, Rondônia, Goiás, Amazonas e Pará, só 7% dos presos têm acesso à educação.
- 25 ▶ O Paraná, campeão de civilidade, oferece ensino a míseros 31% dos detentos. Seguem-se Minas (30%), Mato Grosso e Maranhão (ambos com 28%) e, mais atrás, Rio Grande do Sul, Amapá e Alagoas (todos com cerca de 20%).
- 28 ▶ A qualificação profissional é virtualmente inexistente. Em São Paulo, aproxima-se de zero. Nos estados mais bem estruturados, passa de 50% o número de presos mantidos no ócio. O direito ao trabalho converteu-se em privilégio.
- 31 (...)
- 37 A discussão acerca da necessidade de humanizar as prisões é coisa do século XVIII. A conveniência de ressocialização do criminoso tonificou-se no final do século
- 40 XIX. Atrasados em mais de um século, ainda não acordamos para o problema.
- Folha de S. Paulo, 26/10/2003, p. A17 (com adaptações).
- Com relação às idéias, às estruturas gramaticais e ao emprego de vocábulos no texto acima, julgue os itens que se seguem.
- 1 O texto é uma reportagem de jornal que apresenta partes de um relatório do TCU ao governo.
- 2 Como todos os cidadãos, os presos têm direitos e deveres, e é sobre ambos que o texto discorre.
- 3 Segundo se deduz do texto, as leis têm sempre caráter punitivo.
- 4 Nas linhas de 8 a 10, os dois períodos que compõem o segundo tópico do relatório mantêm a coerência se o primeiro ponto for substituído por vírgula seguida de **pois**. Nesse caso, o segundo período é uma explicação para o que foi dito no primeiro.
- 5 O raciocínio lógico por trás do terceiro tópico é o seguinte: o número de agentes penitenciários que se dedicam apenas à segurança são representados pela diferença entre 100% e 72,5%.
- 6 As três primeiras formas verbais do quarto tópico estão seguidas por “se” para ocultar os sujeitos das orações, que são os seres que realizaram as ações expressas pelos verbos.
- 7 O quinto tópico do texto diz que em São Paulo, no Distrito Federal, no Ceará, na Paraíba e na Bahia apenas 17% dos 72.140 presos estudam.
- 8 O adjetivo “míseros” (l.27) qualifica os detentos do Paraná.
- 9 O advérbio “virtualmente” (l.31), aplicado a “inexistente”, dá ao trecho o sentido de que não há potencial para se realizar a qualificação profissional nos calabouços.
- 10 Nas linhas 34 e 35, estabelece-se uma sobreposição de “privilégio” sobre “direito” de trabalhar na prisão, a qual resulta na perda do direito de escolha.
- 11 Nas linhas 37 e 38, os vocábulos “discussão” e “coisa” são relacionados.
- 12 O problema a que se refere o parágrafo final do texto é especificamente a superpopulação das cadeias, que torna o criminoso um reincidente.

1 Como o Estado é incapaz de garantir a segurança  
dos moradores, as ruas se tornam terra de ninguém, ao estilo  
das estradas da Idade Média. Os bandoleiros assaltam quem  
4 passa e seqüestram os ricos para pedir resgates. Quem tem  
mais dinheiro contrata um exército particular de seguranças.  
E os cidadãos transformam suas moradias em verdadeiras  
7 fortalezas para impedir a invasão inimiga. A última moda são  
os *quartos de pânico*, recintos com portas blindadas para a  
pessoa se defender de possíveis invasores. (...) Mas tudo isso  
10 gera pouco ou nenhum efeito. Apenas obriga a bandidagem  
a descobrir outros tipos de golpe, que exigirão novos  
recursos de defesa e mais investimentos.

13 Novidades de autodefesa surgem diariamente.  
A J.S. S.A. lançou coletes à prova de bala discretos, que  
podem ser usados até mesmo embaixo de camisetas de  
16 malha. As vendas desse tipo de produto cresceram 500% em  
cinco anos, mesmo com toda a burocracia exigida (o uso só  
é permitido com a autorização da Polícia Federal).  
19 A empresa quer agora lançar um modelo capaz de suportar  
tiros de Magnum 45. Uma concorrente, a A.B. S.A., vende  
desde maletas para executivos, capazes de dar choque nos  
22 ladrões, até alarmes que telefonam automaticamente para o  
celular do proprietário se sua casa estiver sendo invadida.  
Toda essa parafernália, porém, não elimina a insegurança de  
25 seus consumidores.

Época, 2/6/2003, p. 54-5 (com adaptações).

Julgue os fragmentos nos itens subsequentes quanto à adequação  
às idéias gerais do trecho do texto acima, indicado entre aspas, e  
quanto à correção gramatical.

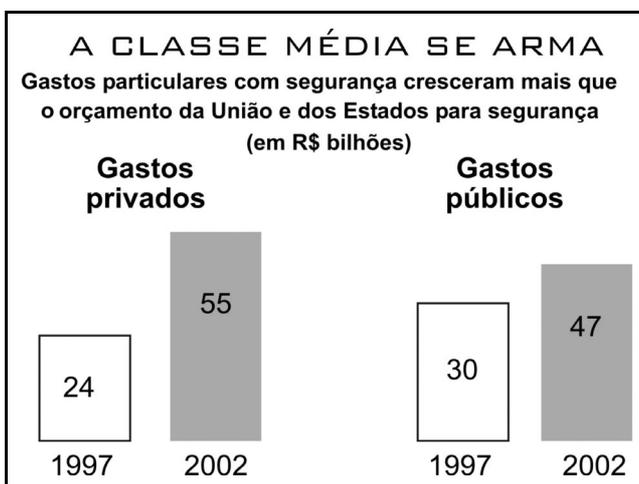
- 13 “Com o Estado (...) Idade Média” (ℓ.1-3): Na Idade Média,  
as estradas eram terra de ninguém. Isso acontece ainda hoje,  
porque o Estado não tem capacidade para garantir a  
segurança das pessoas que viajam.
- 14 “Quem tem (...) invasão inimiga” (ℓ.4-7): Para ter segurança,  
os cidadãos, fortificam as suas casas e contratam seguranças  
particulares.
- 15 “A última moda (...) nenhum efeito” (ℓ.7-10): Os *quartos de  
pânico*; recintos blindados contra invasores, são a última  
moda mas nada é resolvido dessa maneira.
- 16 “Apenas obriga (...) mais investimentos” (ℓ.10-12): Isso  
obriga os invasores a inventar tipos de golpe que vão exigir  
novos recursos de defesa, e novos investimentos.

17 “A J.S. S.A. (...) camisetas de malha” (ℓ.14-16): A J.S. S.A.  
lançou coletes discretos à prova de bala, dos quais podem  
usar-se embaixo da camiseta de malha.

18 “As vendas desse (...) Polícia Federal” (ℓ.16-18): Mesmo  
sendo necessária a autorização da Polícia Federal, a venda  
desses produtos cresceram 500% em um quinquênio.

19 “Uma concorrente (...) sendo invadida” (ℓ.20-23): A AB  
S.A., concorrente da J.S. S.A. vende de maletas para  
executivos que dão choque nos ladrões, a alarmes que, se sua  
casa estiver sendo invadida telefonam para o proprietário.

20 “Toda essa (...) seus consumidores” (ℓ.24-25): Apesar de  
existir todos esses tipos de defesa, as pessoas continuam  
inseguras.



Época, jun./2003, p. 57 (com adaptações).

Com relação às idéias expressas na figura acima e à correção  
gramatical, julgue os itens abaixo.

- 21 O orçamento da União e dos estados para a segurança foi  
aumentado em 17 bilhões de reais de 1997 a 2002, enquanto  
os gastos dos particulares sofreram aumento de 31 bilhões.
- 22 A partir dos dados apresentados, deduz-se que o índice de  
seqüestros na classe média é maior que na classe baixa ou na  
alta.
- 23 A figura deixa claro (e o título reforça) que a classe média,  
apesar da proibição por lei, está comprando muitas armas de  
fogo.

1 Políticas de direitos humanos adequadamente  
articuladas constituem uma unidade de projeções (objetivos  
a serem alcançados) e uma sistemática de intervenção  
4 (operações necessárias para atingir os fins). Mas essa  
unidade contempla distinções, especialmente as que se  
devem aos níveis de defesa dos direitos humanos e de sua  
7 promoção. Tais níveis, ainda que compulsória e fortemente  
vinculados, diferenciam-se porque suas operacionalizações  
e seus respectivos efeitos se medem em escalas temporais  
10 diversas — os impactos de intervenções tendentes à defesa  
de direitos são freqüentemente mais imediatos que aqueles  
que visam à sua promoção. Por isso, as questões com que se  
13 defronta uma política dessa natureza não são  
necessariamente as mesmas nos dois níveis.

Quando se trata da defesa dos direitos humanos, um  
16 dos problemas centrais é a questão da impunidade dos seus  
violadores. A experiência mundial, nesse domínio, não deixa  
dúvidas: se a impunidade não for compelida a uma existência  
19 efetivamente residual, se não for reduzida à insignificância  
estatística, serão inúteis os esforços para viabilizar a defesa  
dos direitos humanos. A garantia da impunidade para os  
22 violadores constitui o grande obstáculo a ser vencido.

No caso da política de direitos humanos do Brasil,  
cuja prioridade é a dimensão defensiva, é bastante nítido que  
25 a questão da impunidade tem importância extraordinária.  
Com o sistema judicial que temos, o aparelho policial de que  
dispomos e a cultura sociopolítica dominante em que nos  
28 movemos, o combate à impunidade dos violadores  
converteu-se em um aspecto central para viabilizar a defesa  
dos direitos humanos. A luta contra a impunidade, no caso  
31 brasileiro, constitui o ponto para o qual devem convergir os  
esforços de todos os que se sentem comprometidos com os  
direitos humanos.

Ciência Hoje, dez./2001, p. 45 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir quanto à fidelidade às idéias do texto ao  
lado — “Políticas de direitos humanos (...)” — e quanto à  
correção gramatical.

24 O autor trata da política de direitos humanos e diz que essa  
política deve apresentar objetivos a serem alcançados  
(unidade de projeções que contemplam distinções, como as  
que se devem aos níveis de defesa e de promoção dos  
direitos humanos) e operações necessárias para atingir esses  
objetivos (sistemática de intervenção).

25 Os pronomes “essa” (l.4) e “Tais” (l.7) referem-se,  
respectivamente, a “unidade de projeções” (l.2) e “níveis de  
defesa dos direitos humanos e de sua promoção” (l.6-7).

26 Nas intervenções para a defesa dos direitos humanos, o  
impacto é muitas vezes mais imediato, em comparação com  
as que objetivam promover esses direitos.

27 O segundo parágrafo trata da impunidade dos violadores dos  
direitos humanos, segundo a qual, se tornada residual e  
estatisticamente insignificante, está garantida.

28 O texto apresenta duas condições necessárias para que os  
esforços para “viabilizar a defesa dos direitos humanos”  
(l.20-21) surtam efeito. Essas condições se apresentam em  
forma de orações reduzidas.

29 As orações iniciadas por “de que” (l.26), “em que” (l.27) e  
“para o qual” (l.31) são orações substantivas, já que  
equivalem a substantivos.

30 No primeiro parágrafo, o autor menciona os dois níveis — de  
defesa e de promoção dos direitos humanos — e, no restante  
do texto, a argumentação desenvolvida leva à conclusão de  
que o segundo nível se destaca pela a ênfase que se dá no  
Brasil à questão da impunidade.

Todos os problemas da cadeia de Águas Lindas, que ameaçam os moradores da vizinhança e quem trabalha cuidando dos presos, não são exclusividade apenas daquela cidade. Em todo o Entorno, as cadeias públicas representam ameaças. No Novo Gama, a cadeia tem capacidade para 16 presos e abriga 66. Em Luziânia, onde deveriam estar 129 detentos, vivem 167 pessoas cumprindo pena ou esperando julgamento. Em Valparaíso, a cadeia abriga 96 infratores, quando deveriam estar ali apenas 44. E, em nenhum desses lugares, as cadeias oferecem muita resistência a fugas. No dia 18 de maio, 25 detentos escaparam em Luziânia. Somente dez acabaram recapturados. No Distrito Federal (DF), a Secretaria de Segurança Pública é responsável apenas pelos presos da Papuda. As cadeias do Entorno são de responsabilidade da Agência Goiana do Sistema Prisional.

Correio Braziliense, 9/11/2003, p. 30 (com adaptações).

A partir do texto acima e considerando o grave cenário de violência e insegurança presente em grande parte do país, nos dias de hoje, julgue os itens que se seguem.

- 31 A violência reflete, sempre, uma questão social. Desse modo, ela é explicada pelo quadro de pobreza e de desigualdade com o qual o Brasil historicamente convive.
- 32 Na atualidade, o tráfico de drogas ilícitas, altamente lucrativo e que envolve somas expressivas em dinheiro, contribui significativamente para o aumento da violência, em especial nos grandes centros urbanos.
- 33 A situação das cadeias citadas no texto é uma exceção no panorama geral dos presídios brasileiros.
- 34 Ao contrário do ocorrido com o Plano Piloto de Brasília, nascido da prancheta de seus planejadores, a ocupação da área do Entorno se deu rapidamente e sem o necessário ordenamento para sua equilibrada ocupação.
- 35 A precariedade das instalações urbanas — que se manifesta, entre outros exemplos, na deficiente estrutura de saneamento e na inadequada oferta de emprego — compõe grande parte do Entorno e torna ainda mais difíceis as condições de vida na região.
- 36 Seguindo o que diz a lei, nos presídios brasileiros ficam apenas os condenados. Os que aguardam julgamento estão em delegacias ou distritos policiais.
- 37 Um dos mais evidentes problemas do sistema penitenciário brasileiro é a superpopulação carcerária, como indica a situação retratada no texto.
- 38 Pela sua condição de sede do governo federal, o governo do DF, por meio de sua Secretaria de Segurança Pública, é responsável pela administração dos presídios existentes na região do Entorno.
- 39 A Constituição da República estabelece que as autoridades são responsáveis pela integridade física das pessoas condenadas a cumprir suas penas nos estabelecimentos penitenciários.
- 40 No Brasil, só existe pena de morte para os que cometem os chamados crimes hediondos, como o seqüestro seguido de morte.

O termo aldeia global, consagrado pelo acadêmico canadense Marshall McLuhan nos anos 70, tem tudo para ser substituído por outro, mais de acordo com o figurino neoliberal: favela global. Afinal, hoje, 1 bilhão de seres humanos, cerca de um terço da população urbana planetária, mora em condições precárias. E a tendência é que essa população dobre nos próximos 30 anos. As informações e as previsões constam do documento **Desafio das Favelas**, divulgado recentemente pelo organismo Habitat, vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo a ONU, em 2001, do total de favelados, cerca de 60% (554 milhões) viviam na Ásia; 20% (187 milhões), na África; 14% (128 milhões), na América Latina; e os restantes 6% (54 milhões), nos países desenvolvidos.

Família Cristã, ano 69, n.º 815, nov./2003, p. 11 (com adaptações).

Tendo o texto acima por referência inicial e considerando aspectos sociais marcantes do mundo contemporâneo, inclusive no que se refere ao Brasil, julgue os itens seguintes.

- 41 O termo aldeia global remete à idéia de um mundo cada vez mais integrado e interdependente, de modo que os fatos ocorridos em uma região repercutem em várias outras.
- 42 O extraordinário avanço dos meios de comunicação contribui decisivamente para tornar o mundo menor, isto é, tornar mais próxima de todos a realidade vivida em cada região do planeta.
- 43 O número de pessoas que vivem em favelas, em todo o mundo, conforme o texto, é repartido igualmente entre os continentes, o que demonstra que pobreza e desigualdade social não são características específicas de uma região.
- 44 O fenômeno da favelização é antigo e pode ser explicado pelo lento e planejado processo de crescimento da população urbana mundial.
- 45 Entre as soluções para estancar a favelização do planeta, certamente se inscreve uma melhor distribuição das riquezas.
- 46 Nas favelas, de maneira geral, as precárias condições de vida contribuem, direta ou indiretamente, para o aumento da criminalidade e da sensação de insegurança coletiva.
- 47 Citada no texto, a ONU não se preocupa apenas com as questões políticas e de segurança mundial, possuindo diversos órgãos especializados que atuam vigorosamente, por exemplo, em áreas de forte repercussão social.
- 48 No Brasil, as favelas foram praticamente erradicadas e seus antigos habitantes transferidos para áreas de assentamento rural, apesar de situadas próximo aos grandes centros urbanos.
- 49 No Brasil, a ação decidida do poder público em áreas mais carentes, como as favelas, conseguiu eliminar a influência que lideranças criminosas — a exemplo dos traficantes — exerciam sobre elas.
- 50 Graças à ação firme das autoridades, com o amplo apoio da sociedade, os traficantes que ainda atuam no Brasil estão restritos ao campo das drogas ilícitas, não mais conseguindo agir em outros campos de atividade.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A incidência criminal não tem fronteiras, ocorrendo nas ruas, nos lares, nas favelas, nos bares, em todos os lugares. Cabe à segurança pública o exercício dinâmico do poder de polícia, por meio de ações predominantemente ostensivas que visam garantir a coexistência pacífica no seio da comunidade e a tranquilidade pública. Dessa forma, o policiamento ostensivo é exercido visando preservar o interesse geral da segurança pública nas comunidades, resguardando o bem comum em sua maior amplitude.

Quanto aos fundamentos doutrinários e às idéias do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 51** O exercício dinâmico do poder de polícia, por meio de ações predominantemente ostensivas que visam à garantia da coexistência pacífica no seio da comunidade, constitui o conceito de ordem pública.
- 52** O termo tranquilidade pública é o estágio em que a comunidade encontra-se em um clima de convivência harmoniosa e pacífica, representando, assim, uma situação de bem-estar social.
- 53** Em seu terceiro período, o texto acima define ação pública.
- 54** Aplicação constitui um princípio de policiamento ostensivo em que, pela ação preventiva, o policial-militar deve exercer sua atividade de tal modo que desestime o cometimento de atos anti-sociais.

A sensação de insegurança exige a adoção de medidas por parte do Policiamento Ostensivo Geral (POG), que objetiva satisfazer às necessidades basilares de segurança pública da comunidade. A eficácia operacional depende da análise de fatores determinantes, componentes e condicionantes e da escolha das variáveis.

Julgue os itens seguintes, acerca de conceitos relativos ao POG.

- 55** Os fatores “componentes”, citados acima, incluem local de atuação, características físicas e psicossociais, clima, dia da semana, horário e disponibilidade de recursos.
- 56** O exame comparativo dos fatores “componentes” permite classificar a eficácia no conhecimento do local, segundo a forma de locomoção, de acordo com a tabela abaixo:

| forma de locomoção | conhecimento do local |
|--------------------|-----------------------|
| a pé               | máximo                |
| a cavalo           | grande                |
| automóvel          | mínimo                |
| motocicleta        | pequeno               |
| bicicleta          | médio                 |

- 57** Ponto-base é o espaço físico limitado que exige a presença real, contínua ou temporária, por ser local de risco.
- 58** O cinto de guarnição é um apresto destinado a conduzir o coldre, o porta-bastão, o porta-documentos e o porta-algemas.

Astrogildo, deputado distrital, durante uma discussão, efetuou seis disparos de arma de fogo em Manoel, em frente a um bar localizado em um município do estado de Goiás. Carlos, policial-militar, ao chegar ao local para atender à ocorrência, observou Manoel caído em decúbito dorsal com sangue jorrando da artéria femoral e viu que três disparos o atingiram no coração. Como só restava a Manoel pouquíssimo tempo de vida, Carlos resolveu sair em perseguição a Astrogildo após este ter largado a arma do crime próximo a Adilson, seu assessor parlamentar. Sem lograr êxito, Carlos retornou ao local do crime, onde verificou que a arma havia sumido, identificou o morto, retirando seus documentos, que estavam no bolso da sua calça, arrolou como testemunhas André, de 30 anos de idade, e Marcos, de 16 anos de idade, que presenciaram o fato, e adotou todos os demais procedimentos que lhe competiam.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 59** Astrogildo não poderia ser preso por Carlos, pois gozava de imunidade parlamentar.
- 60** Devido à sua idade, Marcos é uma testemunha classificada como informante.
- 61** Carlos deveria ter evitado revistar Manoel, exceto se isso tivesse sido feito a pedido do delegado de polícia da área.
- 62** Mesmo havendo fundada suspeita de que Adilson estivesse de posse da arma, Carlos não deveria revistá-lo, por ser Adilson assessor parlamentar.
- 63** O local onde ocorreu o crime é classificado como interno.

Na rotina diária, o policial-militar pode deparar-se com situações que, ainda que não cheguem a caracterizar crime ou contravenção, exigem a sua pronta intervenção. Dessa forma, o caráter impessoal e imparcial da ação policial-militar revela a natureza eminentemente profissional da atuação, em qualquer ocorrência, e requer que essa atuação seja revestida de urbanidade, ação enérgica, brevidade compatível e, sobretudo, isenção. A respeito das técnicas de abordagem, julgue os itens subsequentes.

- 64** Durante uma abordagem, na segunda fase, o comandante do grupamento policial-militar (GPM) deverá observar o local e definir que os integrantes da equipe efetuarão a abordagem.
- 65** A expressão “ação enérgica” significa que o policial-militar deve manter atitudes de decisão e firmeza, com o fim de reduzir ao mínimo a resistência do abordado.
- 66** Com relação à atuação de uma guarnição a quatro homens em uma abordagem de veículo, a viatura deve ser parada aproximadamente dois metros atrás e um metro e meio à esquerda do veículo suspeito.

Com relação ao policiamento ostensivo geral, julgue os itens que se seguem.

- 67** Em missões de policiamento ostensivo em praças desportivas, não constitui obrigação do policial-militar impedir a entrada furtiva de elementos por sobre as barreiras perimetrais que, por inadequação de construção, não configurem obstáculo razoável a esse acesso.
- 68** Na guarda de estabelecimentos penais, constitui dever do PM conhecer detalhadamente o regulamento interno do estabelecimento, a fim de evitar problemas funcionais.

- 69** Em casos de escolta a presos, antes de estabelecer contato com o preso, o encarregado da escolta deve limitar-se a examinar a documentação referente à escolta.
- 70** No policiamento florestal, normalmente o patrulhamento a pé utiliza-se de estradas e caminhos para cobrir seu itinerário com maior rapidez.

Acerca do Estatuto dos Policiais-Militares da PMDF (EPM) e do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), julgue os itens a seguir.

- 71** São considerados policiais-militares na inatividade os policiais-militares reformados que, embora definitivamente dispensados da prestação de serviço na ativa, continuem percebendo remuneração do DF.
- 72** É permitido o acesso de brasileiro naturalizado à carreira de oficial da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF).
- 73** Um major da PMDF pertence ao círculo dos oficiais superiores, enquanto um primeiro-tenente pertence ao círculo dos oficiais subalternos.
- 74** Dentro de um mesmo posto, considera-se hierarquicamente superior o policial-militar mais antigo na PMDF.
- 75** Um major que se utiliza de seu posto para obter facilidades pessoais de qualquer natureza viola um dos princípios da ética policial-militar.
- 76** Compete aos sargentos e aos subtenentes da PMDF auxiliar e complementar as atividades dos oficiais.
- 77** Considera-se a violação dos preceitos da ética policial-militar tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer.
- 78** É vedado aos sargentos o alistamento eleitoral.
- 79** Um sargento da PMDF que se casa tem direito a afastar-se do serviço pelo período de oito dias.
- 80** Um sargento da PMDF pode receber condecorações, mas não dispensas de serviço, como recompensa decorrente do reconhecimento de bons serviços prestados.
- 81** Se um sargento da PMDF receber, de um major dessa corporação, uma ordem e entender que ela contraria um preceito legal, ele tem direito de solicitar ao referido major a confirmação por escrito da ordem.
- 82** Todo superior hierárquico é competente para aplicar, de ofício, punições disciplinares a seus subordinados.
- 83** As responsabilidades nas esferas criminal e administrativa são independentes entre si e podem ser apuradas concomitantemente.
- 84** A repreensão é uma pena que deve ser aplicada reservadamente ao policial-militar, sendo vedada a sua divulgação aos seus pares.
- 85** Subtenentes e sargentos não podem ficar presos na mesma dependência.

Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB),

- 86** o tráfego de veículos em uma via interna de um condomínio constituído por unidades autônomas é regulamentado pelas normas regimentais do próprio condomínio, por tratar-se de propriedade privada.
- 87** os prejuízos causados a um veículo automotor em razão da existência de grande quantidade de buracos em uma rodovia federal resultantes da falta de manutenção são responsabilidade de órgão(s) ou entidade(s) componente(s) do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).
- 88** a PMDF, em ação relativa ao trânsito, cuidará prioritariamente da proteção do patrimônio das pessoas, principalmente se veículo oficial estiver envolvido.
- 89** cada unidade da Federação tem dois representantes no Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). No caso do Distrito Federal, eles representam a PMDF e o governo do DF.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética relativa a trânsito. Julgue se cada uma dessas situações está de acordo com as normas gerais de circulação e conduta do CTB.

- 90** Em um dia chuvoso, Pedro dirigiu seu veículo por uma rodovia e sentiu que o pneu dianteiro esquerdo do veículo estava furado. Estacionou no acostamento, trocou o pneu furado pelo reserva e, como o pneu substituído estava muito avariado, decidiu deixá-lo no próprio acostamento, tomando o cuidado de não impedir a circulação na pista de rolamento.
- 91** Antônio dirigiu seu veículo por uma via urbana e, por alterar seu itinerário por outro mais longo que o original, consumiu todo o combustível do seu veículo, que foi estacionado em local apropriado.
- 92** Carlos dirigiu seu veículo pela pista de rolamento da esquerda de uma rodovia de mão única com duas pistas, trafegando na velocidade máxima permitida, e, ao perceber que outro veículo estava se aproximando rapidamente da traseira do seu veículo, na mesma pista de rolamento, deslocou-se com segurança para a pista da direita, mantendo a mesma marcha.
- 93** Miguel saiu da estrada que dá acesso à chácara de um amigo seu e, antes de ingressar na rodovia para voltar à cidade em que reside, deu preferência a duas motocicletas que por lá passavam.
- 94** Joaquim levou sua irmã Joana para a faculdade em sua nova motocicleta, equipada com carro lateral acoplado, sendo que apenas ele utilizava capacete de segurança, haja vista a proteção adicional que esse equipamento extra dá ao passageiro do veículo.

Os membros de uma família reuniram-se para um churrasco em uma pequena chácara localizada na zona rural de um município brasileiro. Após beberem muita cerveja, José, filho do proprietário da chácara, e o chacareiro discutiram, causando uma grande confusão, que só terminou com a intervenção do proprietário, que deu razão ao seu empregado e repreendeu publicamente o filho embriagado. Completamente descontrolado, José, que é maior de idade e tem habilitação para dirigir, conduziu seu próprio veículo pela estrada que dá acesso à chácara, totalmente sem sinalização de trânsito, a 60 km/h. Já em via urbana de entrada da cidade, igualmente sem sinalização e considerada de trânsito rápido, acelerou para 100 km/h. Nesse momento, sentindo-se tonto, enjoado, freou bruscamente o veículo e o parou com apenas as rodas direitas no acostamento, abriu a porta do veículo sem cautela alguma e correu para o matagal à direita da via.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes à luz do CTB.

- 95** José não excedeu a velocidade máxima permitida antes de alcançar a via urbana.
- 96** José excedeu a velocidade máxima permitida em via urbana.
- 97** A freada executada por José não constitui infração ao CTB, pois tratava-se de questão de segurança, haja vista o fato de ele sentir-se tonto e enjoado.
- 98** Nas últimas três ações de José, ele cometeu pelo menos duas infrações às normas do CTB.
- 99** José cometeu três infrações gravíssimas.
- 100** José cometeu crime de trânsito para o qual está estipulada pena de detenção.

Acerca do direito constitucional, julgue os itens a seguir.

- 101** Durante a noite, é proibido adentrar, sem permissão, na residência de alguém, mesmo em cumprimento a ordem judicial regularmente expedida.
- 102** A polícia somente pode realizar escuta telefônica quando autorizada por ordem expedida por juiz ou por membro do Ministério Público.
- 103** Um agente da Polícia Federal é hierarquicamente superior a um cabo da PMDF porque a União é hierarquicamente superior ao DF.
- 104** Uma pessoa pode acumular um cargo de policial-militar com um cargo de policial civil no caso de haver compatibilidade de horários.
- 105** Uma das atribuições do Ministério Público é o exercício do controle externo da atividade policial.
- 106** O policiamento ostensivo das rodovias federais que cruzam o território do DF não pode ser realizado pela Polícia Rodoviária Federal, pois essa é uma competência exclusiva da PMDF.

Pablo é um criminoso que costuma aplicar o seguinte golpe: ele se apresenta como um estrangeiro que precisa urgentemente receber uma quantia do exterior, mas que não tem conta em banco para que seja feita a transferência do dinheiro; então, ele solicita à vítima que aceite receber trinta mil reais em sua conta, para repassar-lhe depois, e oferece-lhe uma certa porcentagem do dinheiro como pagamento; porém, Pablo solicita que a vítima lhe ofereça dois mil reais, como uma espécie de garantia de que ela realmente lhe repassará o dinheiro transferido; quando Pablo recebe o dinheiro, obviamente em espécie, ele foge.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 107** Ao aplicar o golpe descrito, Pablo comete crime de estelionato, o qual se consuma apenas no momento em que Pablo recebe o dinheiro da vítima.
- 108** Considerando que, certa vez, ao aplicar o referido golpe, Pablo verificou que a sua conduta estava sendo observada por um policial e, receoso, decidiu evadir-se antes que a vítima lhe entregasse o dinheiro, é correto afirmar que, nesse caso, houve desistência voluntária da prática do delito.

Com base no direito penal, julgue os itens que se seguem.

- 109** Considere a seguinte situação hipotética.

Gustavo emprestou dinheiro a seu primo Flávio para que ele comprasse uma televisão, mas ele não pagou a dívida, mesmo após uma longa e insistente cobrança. Cansado de esperar pelo pagamento, Gustavo entrou na casa de Flávio, tomou para si o aparelho de TV que ele havia comprado e deixou um bilhete dizendo: “Agora a dívida está paga”.

Nessa situação, Gustavo praticou o crime de exercício arbitrário das próprias razões.

- 110** Considere a seguinte situação hipotética.

O guitarrista de uma banda que estava se apresentando em um *show* arremessou contra a platéia um copo de vidro que acabou por atingir o rosto de um dos espectadores, causando-lhe um corte no supercílio.

Na situação descrita, o guitarrista praticou crime de lesão corporal dolosa.

- 111** Considere a seguinte situação hipotética.

Um grupo do Movimento dos Sem-Teto decidiu realizar em Brasília uma reunião pacífica em uma praça cujo acesso é aberto ao público e, com antecedência, comunicou à autoridade competente a data e o local onde o grupo pretendia reunir-se. Na data prevista, logo após iniciada a reunião, um oficial da PMDF solicitou ao grupo que exibisse a autorização para o uso da praça e, como eles não tinham nenhuma autorização do governo do DF, determinou que a reunião fosse dissolvida.

Nessa situação, a ordem para que a reunião fosse dissolvida violou a Constituição da República e caracterizou abuso de autoridade.

**112** O peculato, por ter a ele cominada pena mínima de um ano de detenção, é um crime de menor potencial ofensivo e, portanto, é da competência do Juizado Especial Criminal.

Com relação ao direito penal militar, julgue seguintes itens.

**113** Considere a seguinte situação hipotética.

Um policial-militar está sendo processado pela prática do crime militar de deserção, sendo que, após o início do processo contra ele, foi editada uma lei que diminuiu pela metade a pena cominada a esse crime.

Nessa situação, o policial deve ser julgado pela lei vigente no momento da consumação do crime e, portanto, não pode ser beneficiado pela referida redução de pena.

**114** Se cinco cabos e um primeiro-tenente da PMDF cometerem um crime militar de autoria coletiva necessária, o primeiro-tenente deverá ser tratado como um dos cabeças do crime, mesmo que não tenha dirigido nem instigado a ação criminosa.

**115** Considere a seguinte situação hipotética.

Um sargento da PMDF recebeu de seu superior hierárquico uma ordem que claramente configurava crime de lesões corporais. Apesar de ter consciência da ilegalidade do ato praticado, o sargento cumpriu a ordem sem questioná-la, por temer represálias da parte do superior.

Nessa situação, o sargento não poderia ser punido pela prática do referido crime, pois, em respeito ao princípio da hierarquia, não comete crime policial-militar que age em estrita obediência a ordem direta de superior hierárquico.

**116** No caso de um crime militar de insubordinação praticado por um sargento da PMDF contra ordem de um coronel dessa corporação, a ação penal somente pode ser promovida mediante denúncia do referido oficial.

**117** Um sargento da PMDF condenado a quinze anos de reclusão, pela prática de crime militar de homicídio doloso, deve cumprir sua pena em uma penitenciária militar. Não havendo penitenciária militar disponível, o referido sargento deverá cumprir sua pena em recinto fechado de estabelecimento militar, pois é vedado que ele a cumpra em estabelecimento prisional civil.

**118** Considere a seguinte situação hipotética.

Um sargento da PMDF cometeu crime militar de homicídio, mas, em virtude de doença mental, ele não tinha capacidade de entender o caráter ilícito dos atos por ele praticados.

Nessa situação, o sargento não pode sofrer pena restritiva de liberdade pelo homicídio, mas, caso ele ofereça perigo à incolumidade alheia, pode ser imposta a ele medida de segurança de internação em manicômio judiciário.

Julgue o item abaixo, considerando que tanto o direito penal militar quanto o direito penal comum consideram crime o homicídio culposos.

**119** Considere a seguinte situação hipotética.

Um policial-militar, durante o serviço, deixou cair acidentalmente a sua arma no chão, o que gerou um disparo que terminou causando a morte de um civil.

Nessa situação, descrita, o policial praticou crime militar.

Com relação aos direitos humanos e à aplicação da lei em casos de crianças e adolescentes infratores, no contexto do direito internacional, julgue os itens a seguir.

**120** Segundo as regras do direito internacional, 18 anos é a idade de responsabilidade criminal que deve ser respeitada em todos os países.

**121** Se comparados aos adultos, os infratores juvenis gozam de proteção especial por força de disposições específicas contidas em acordos e convenções internacionais, que consideram suas peculiaridades quanto à maturidade emocional, mental e intelectual.

**122** De acordo com as normas internacionais aplicáveis, a captura de um menor deve ser considerada medida de última instância e deve ser comunicada imediatamente aos pais ou responsáveis pelo menor.

No que se refere ao uso de força e de armas de fogo e à detenção e captura, julgue os itens seguintes.

**123** Os encarregados da aplicação da lei, grupo em que se incluem os policiais, deverão recorrer ao uso de força e de armas de fogo em situações de perigo como primeira opção para solucionar um conflito, uma vez que são responsáveis pela própria vida e pela vida de pessoas inocentes envolvidas.

**124** De acordo com as normas internacionais aplicáveis, em situação que exija o uso de arma de fogo, o policial deve identificar-se como tal e avisar prévia e claramente sua intenção de usar armas de fogo, com tempo suficiente para que o aviso seja considerado, a não ser que esse procedimento traga risco indevido para os policiais envolvidos, acarrete risco de morte ou dano grave para terceiros ou seja claramente inadequado ou inútil nas circunstâncias do caso.

**125** O princípio de que ninguém será submetido à captura ou à detenção arbitrária estabelece limites ao poder do Estado de privar alguém de sua liberdade. No entanto, diante do crescimento da violência nas cidades brasileiras, é admitida a violação desse princípio em nome da manutenção da paz pública.

## PROVA DE REDAÇÃO

Na prova a seguir — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando a página correspondente do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Utilize, no máximo, **trinta** linhas. Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.

**ATENÇÃO!** Na **folha de texto definitivo da prova de redação**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Época – A relatora da ONU sobre direitos humanos, Asma Jahangir, ficou assustada com o que viu no Brasil. E não apenas com a justiça, mas com as prisões e a polícia.

Bastos – Ficou assustada e com razão. Nós temos um sistema prisional horrível. Não só pela falta de vagas, mas pela falta de investimentos, pela superpopulação, que cria distorções terríveis. Estamos investindo em cadeias, mas é preciso racionalizar o sistema de entrada e saída da prisão. Há no Brasil uma massa de presos que não precisava estar na cadeia. Para muitos, ela serve como uma forma de corrupção ou cooptação pelo crime organizado. Temos de criar uma cultura de penas alternativas. No Brasil, menos de 10% das penas terminam em penas alternativas. Na Inglaterra, são 80%.

Época, 20/10/2003, p. 28.

A criminalidade é questão das mais discutidas. Exausto de tanto debate, o Brasil se imagina diante de dilema sem solução. Engano. Na verdade, o país nem sequer enxergou o problema. Pior: talvez não queira enxergar.

Pede-se mais polícia e mais presídios. Como se a cadeia fosse o fim do problema. Bobagem. É no cárcere que a encrenca começa.

A despeito dos grupos de extermínio, não há entre nós a pena de morte formal. Nem a prisão perpétua. Ou seja, quem sobrevive à *cana* está condenado à liberdade.

Desnecessário qualificar as cadeias brasileiras. Qualquer zoológico oferece estadia mais decente. Tratado assim, como sub-bicho, o preso vira uma fera. E ganha as ruas.

Documento entregue às principais autoridades da República em janeiro de 2003 informa: 70% dos 295 mil presos brasileiros são reincidentes. O texto foi produzido por auditores do Tribunal de Contas da União.

Analisaram-se dados relativos à fase de 2000 a 2002. Quem lê o trabalho percebe que a violência não é fruto do imprevisto. Nossas cadeias são deliberadamente estruturadas como escolas do crime.

Folha de S. Paulo, 26/10/2003, p. A17 (com adaptações).

Considerando que os trechos de entrevistas acima têm caráter apenas motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do tema a seguir.

### O COMBATE À CRIMINALIDADE E A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR.